

A internacionalização da universidade pautada em seu *site* oficial: uma abordagem sobre notícias veiculadas e principais ênfases

*University internationalization guided in his official website:
an approach about news published and main emphasis*

Maria Isabel da Cunha*

Vânia Alves Martins Chaigar**

Luiz Paulo da Silva Soares***

Resumo

O artigo reflete um trabalho investigativo construído em parceria entre diversas universidades brasileiras, reunidas no Grupo de Pesquisa *Formação de Professores, Ensino e Avaliação (Unisinos/CNPq)*. A pesquisa “guarda-chuva” foi articulada em três eixos: a qualidade e o direito à educação e as estratégias institucionais para a democratização acadêmica e os desafios em tempos de globalização. Esse recorte trata do estudo realizado por um grupo de pesquisadores que abordou a internacionalização a partir de notícias publicadas no *site* da instituição investigada. Problematicizou: Como a internacionalização é enunciada pela instituição em seu *site* oficial? Quais as ênfases observadas em suas notícias? Que tipo de internacionalização está em curso? Nesse trabalho, apresentamos algumas reflexões sobre qualidade e globalização, mudanças no papel do Estado, distinções sobre internacionalização e globalização, o processo de internacionalização na universidade em foco e principais ênfases. O estudo revelou uma intensa relação da universidade com o processo de internacionalização, consubstanciada em documentos, saídas e chegadas de docentes e discentes, parcerias, programas, missões e projetos, atenção a editais e uma ênfase de notícias sobre o CsF associado ao IsF e TOEFEL/ITP.

Palavras-chave: Ensino superior. Internacionalização da universidade. Qualidade e globalização.

Abstract

The article reflects an investigative work built in partnership with different Brazilian universities, gathered in the Grupo de Pesquisa *Formação de Professores, Ensino e Avaliação (Unisinos / CNPq)*. The umbrella research was articulated around three axes: the quality and the right to education and institutional strategies for academic democratization and challenges in times of globalization. This snip comes from a study by a group of researchers who addressed the internationalization from news published on the investigated institution site. The problematization was: As internationalization is enunciated by the institution on its official website? What emphases when observed in your news? What kind of internationalization is in progress? In this work, we present some reflections on quality and globalization, changes in the state’s role, distinctions about internationalization and globalization, the internationalization process at the university in focus and main emphases. The study revealed a close relationship between the university and the internationalization process, based on documents, exits and arrivals of teachers and students, partnerships, programs, missions and projects, attention to public announcements and an emphasis on news about CsF associated with the ISF and TOEFEL / ITP.

Keywords: Higher education. University internationalization. Quality and Globalization.

Recebido em: 10/09/2016 – Aprovado em: 02/12/2016

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v24i1.6993>

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. E-mail: cunhami@uol.com.br

** Professora da Universidade Federal do Rio Grande – Furg. Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. E-mail: vchaigar@terra.com.br

*** Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: luizsoaresrg@gmail.com

Considerações iniciais

A proposta de um trabalho investigativo em parceria, reunindo diferentes universidades brasileiras, tem guarida em ações coletivas construídas pelos pesquisadores que desenvolveram o Projeto *Democratização e internacionalização como desafio*: a complexa relação para a qualidade da educação superior no Brasil, num processo histórico que remonta há mais de vinte anos de trabalhos conjuntos. Desde então, temos tentado aproximar estudos e refletir sobre as temáticas que nos unem, enquanto universidades nacionais, em cotejamento com instituições ibero-americanas. Optamos por um projeto em Rede para favorecer um número ampliado de Instituições que fazem parte do Grupo de Pesquisa *Formação de Professores, Ensino e Avaliação*, sediado pelo Programa de Pós-Graduação de Educação da Unisinos e registrado no CNPq. Na proposta em questão, os investigadores implicados se propuseram a desenvolver reflexões teórico-metodológicas capazes de dar sustentação ao tema mobilizador da pesquisa.

Os referentes do estudo articularam reflexões em três eixos: **a qualidade e o direito à educação, as estratégias institucionais para a democratização acadêmica e os desafios em tempos de globalização**. Houve um esforço para entendê-los de forma articulada, procurando compreender a conexão entre eles e a significação de encontrar, nesses elos, uma relação mais clara entre o macro e o micro educacional.

A qualidade e o direito à educação e à formação acadêmica

A ideia de universidade moderna acompanhou a construção da concepção de Estado-Nação. Para fortalecer suas bases, conforme Amaral e Magalhães,

[...] às universidades competiria, para além da preparação dos quadros superiores da burocracia do Estado, assegurar a socialização dos estudantes para que pudessem assumir as suas funções na sociedade, promover a mobilidade social dos mais aptos e ser o lugar de discussão livre e independente das questões críticas da sociedade (2000, p. 8).

Ao Estado cabia a condição de arbitrar o conhecimento útil, especialmente por meio dos mecanismos tradicionais de regulação pública, como a publicação da legislação e as formas de financiamento.

Mesmo com uma postura, em geral, centralizadora, de acordo com os autores citados, o Estado tinha a função de defender a liberdade acadêmica contra interferências externas, protegendo a universidade das investidas das profissões, das igrejas, das regiões e mesmo dos políticos. Não se cogitava em ter o mercado como definidor do *ethos* acadêmico. Ainda que a formação de quadros profissionais fosse

uma expectativa da missão universitária, muitas das teorizações sobre a universidade opunham-se a identificar a ideia de utilidade como meta do ensino superior, advogando a condição do livre pensamento como ponto nodal do desenvolvimento intelectual.

Profundas modificações, nas últimas décadas, vêm, progressivamente, instalando-se no relacionamento entre o Estado, a Universidade e a Sociedade. Na medida em que o setor privado passou a ser o maior empregador dos egressos das universidades e que se pontuavam as dificuldades para assegurar o financiamento que atendesse às demandas da educação, o Estado assumiu-se como ineficiente para dar conta da gestão dos processos educativos, procurando, na retórica da autonomia, liberdade e autorregulação, transferir sua responsabilidade social para a livre iniciativa. O mercado surgiu, então, como personagem principal do discurso político oficial, quer em nível do Estado, quer das Instituições, bem ao gosto das teorias neoliberais que tanto aflagam a ideia da ineficiência dos setores públicos como algo incontornável. Curiosamente, como explicam Amaral e Magalhães (2000), o Estado não levou essa estratégia às últimas consequências, pois manteve sua mão reguladora, em um modelo híbrido que, entretanto, substituiu os mecanismos tradicionais de regulação pública por mecanismos de mercado, como a melhor maneira de taylorizar, tornando eficientes e eficazes, as instituições de ensino superior. “Neste modelo, o Estado, em vez de proteger as instituições das intervenções e influências externas, toma medidas legais para que terceiros possam intervir” (2000, p. 14). Muitas vezes, dirigiu-se ao delineamento de um *ethos* competitivo em que o mercado tem sido o definidor principal dos critérios de qualidade. Articulando essas ponderações com os processos avaliativos é possível inferir que, na concepção de Estado-Nação, muitas vezes adjetivado de Estado-Providência, os processos avaliativos inscreviam-se, principalmente, numa perspectiva formativa, em que predominava o discurso da melhoria do ensinar e do aprender, com ênfase nos processos vividos pelos protagonistas acadêmicos. A avaliação não ocupava o cenário principal, instalando, progressivamente, a ideia da autoavaliação como condição favorável à mudança, tendo um Projeto Político Pedagógico Institucional como referência. O pressuposto organizativo dessa concepção de sociedade defendia a autonomia dos atores, nas diferenças culturais. A ideia de comunidade dava suporte à construção da identidade e definia o estatuto democratizante das instituições.

No caso do Brasil, essa condição é evidente quando se analisa a situação do ensino superior. As instituições universitárias ainda estão (presumidamente) protegidas pelo dispositivo constitucional que lhes outorga a condição de autonomia. Entretanto, as políticas públicas cada vez avançam mais com interferência no pro-

jeto que a universidade constrói para si, alicerçada na sua história, seu contexto e seus compromissos sociais. A regulação assumiu uma condição mais expressiva do que a avaliação, entendida como um processo centrado nas decisões da comunidade acadêmica. A compreensão das circunstâncias políticas que vêm definindo as condições objetivas do trabalho na universidade foi sendo referenciada em perspectivas mais largas. A rapidez com que são implementadas as novas diretrizes destoam, muitas vezes, do ritmo natural da reflexão acadêmica que, em geral, é mais lento e está acostumado a certo distanciamento dos fatos para empreender a sua interpretação.

São muitos os discursos e as pesquisas produzidas em torno do tema da qualidade da educação superior; certamente, há pressupostos valorativos que definem padrões e perspectivas desejadas. Qualidade não é uma adjetivação que remete a um construto universal, mas são propriedades que se encontram nos seres, nas ações ou nos objetos. Ao atribuir qualidade a algo ou a um fenômeno, estamos explicitando um valor, assim como quando dizemos que algo é belo ou adequado. Há, nessas expressões, uma concepção anterior que assume uma condição valorativa e que está ligada ao plano da moral e da condição política do homem. Essa perspectiva significa que a qualidade é autorreferenciada; pressupõe um sujeito ou uma comunidade que aceita determinados padrões como desejáveis. Para que se possa definir qualidade, é preciso primeiro explicitar o sentido da ação e a dimensão sobre a qual se estabelece sua intencionalidade.

Qualidade e globalização

O conceito do binômio avaliação e qualidade, adotado pelos governos, expressa o lugar que o Estado vem reservando para si, definindo seu papel e, conseqüentemente, estratégias de ação. O entendimento, portanto, deste cenário, exige uma leitura mais ampla das relações entre estado e universidade, das quais decorrem as concepções de avaliação.

A inclusão da internacionalização como um valor se constitui como um tema de especial atenção, portanto, partimos do pressuposto de que o conceito de qualidade está implícito nos processos avaliativos é nas políticas educacionais que esse conceito vem delineando o que é um processo de ensinar e aprender com sucesso para essa perspectiva. Também pareceu importante, comparar as situações de instituições diferentes que têm peculiaridades que definem formas culturais distintas de absorção dos impactos das políticas educativas. Entre as políticas mais expressivas está o programa Ciência sem Fronteiras que patrocina a estada de estudantes

em países estrangeiros, por um período complementar à formação realizada na universidade de origem.

São movimentos que parecem complementares, mas, também, contraditórios, pois ora voltam-se para as políticas de ampliação do acesso aos bancos acadêmicos (Cotas, Reuni, Sisu, Prouni) ora fomentam programas de elevação da qualidade da formação pela internacionalização, aparentemente numa perspectiva meritocrática.

As estratégias institucionais e os desafios para a docência na universidade

Tanto o movimento da universidade que democratiza o acesso, como o que procura a qualidade pela internacionalização, enfrenta o desafio de rever as práticas pedagógicas tradicionais que, também, são portadoras das concepções valorativas e ideológicas do campo educacional. A emergência da mudança vem sendo requerida quer pelas novas culturas decorrentes da informatização, quer pelas mudanças nos perfis dos estudantes que se distanciam, muitas vezes, das representações de aluno baseadas exclusivamente nos indicadores tradicionais de mérito acadêmico. Sem negar a validade desse critério, certamente se compreende que esse não é um processo livre de implicações políticas e sociais, como se poderia, à primeira vista, imaginar. Nem define *a priori* o desempenho dos estudantes em seus cursos. A Universidade que se propõe a compartilhar os valores da inclusão social precisará, com mais empenho, investir em reflexões epistemológicas assumindo paradigmas menos rígidos do ponto de vista da erudição e mais rigorosos na perspectiva da valorização da cultura e da diferença.

Se inovar significa alterar o sistema relacional intersubjetivo, os processos que procuram o melhoramento das universidades estão fortemente afetados por dispositivos advindos das políticas educacionais públicas. Como postular ações que analisem criticamente essas políticas e produzam a possibilidade de recuperar os processos de protagonismo dos sujeitos envolvidos na ação pedagógica, com impactos para a qualidade da educação superior?

Mesmo sentindo os reflexos das políticas mais amplas de reenquadramento da educação superior no espaço econômico e social contemporâneo, a universidade não vem refletindo sobre essa condição de forma sistemática, compreendendo teoricamente o cenário que emoldura o seu trabalho. Poucos estudos tomam a universidade como objeto, o que ocasiona descompassos entre suas expectativas e suas possibilidades, especialmente quando se veem frente a situações de mudança.

Como, então, trabalhar com a tensão entre a avaliação e o conceito de qualidade da educação superior que envolve ensino e pesquisa no âmbito dos currículos

universitários e nas práticas de ensinar e aprender que deveriam implementar? Em que sentido o investimento na internacionalização contribui para qualificar a formação? Essas foram questões mobilizadoras que estimularam um cenário de investigação. Como Barnett, acreditamos que:

[...] nossas epistemologias não se limitam a existir de maneira isolada. Elas configuram a sociedade e também a refletem. O currículo da educação superior é testemunha desse intercâmbio. O conhecimento legítimo tem sido ampliado e não apenas se ocupa do “o que saber” senão também “do como saber” (2001, p. 75).

É fato, porém, que, na universidade, há valores em tensão, já que o que acontece na sociedade, revelando movimentos contraditórios que se intercalam em função de interesses diversos e perspectivas divergentes. Trata-se de um campo de lutas, como prescrevia Bourdieu (1988). Entretanto, essas tensões se tornam um interessante objeto de análise quando duas forças, aparentemente em tensão, são desencadeadas pelo mesmo ente político, no caso da análise, o Ministério da Educação. Referimo-nos à tensão que possa haver entre os processos de democratização e de internacionalização da universidade brasileira. A primeira aponta para a inclusão de uma população estudantil de primeira geração, em que muitos dos seus integrantes trabalham e estudam, são provenientes de camadas médias da população e, em alguns casos, ingressam através de cotas étnicas ou cotas de escolas públicas, distantes dos padrões anteriores da meritocracia. A outra parece apontar para exigências meritocráticas, envolvendo carreiras de complexidade mais alta, trajetórias estudantis com maiores oportunidades culturais, incluindo o domínio de idiomas e disponibilidade de condições para afastar-se do trabalho, entre outras condições. Esses foram os questionamentos que estimularam nossos estudos.

Como forma de organização da pesquisa em rede, o grande grupo se organiza em subgrupos que escolhe uma dimensão relacionada ao tema definido pela pesquisa. Neste caso, foram desenvolvidos oito estudos. Um deles explorou uma experiência institucional de democratização acadêmica pelo conhecimento, pela aplicação de um currículo inovador e rupturante com o paradigma tradicional. Cinco deles foram relacionados com a mobilidade estudantil, uma das formas mais estimuladas no cenário da internacionalização. Três estudos tomaram o programa Ciência sem Fronteiras como objeto, tanto na perspectiva das políticas institucionais como dos estudantes que vivenciaram essa experiência. A mobilidade por meio do doutorado “sanduíche” foi tema de outro estudo. Dois subgrupos se dedicaram ao que chamaram *internacionalização às avessas*, tomando a experiência de estudantes africanos em universidades brasileiras. A vivência de professores em deslocamento para atuação em países africanos foi objeto de outro estudo, assim como o olhar de

uma universidade portuguesa sobre os estudantes estrangeiros que chegam para desenvolver estágios formativos.

No caso da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), objeto específico deste artigo, o foco investigativo esteve na mídia institucional, mais precisamente no *site* da universidade, procurando compreender como a instituição vem explicitando a internacionalização como um valor. O grupo, constituído por jovens pesquisadores, sendo três mestrandos e dois bolsistas, um de iniciação científica (Fapergs) e outro Ephem, além da professora pesquisadora orientadora, tomou como empiria o *site* oficial e as notícias veiculadas na *web* no decorrer do ano de 2014. Embasamo-nos, portanto em fonte primária, de responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande, amparados, também, por documentos como o seu Plano Pedagógico Institucional – PPI, Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e Regimento, além de outros produzidos por agências supranacionais (como a Unesco, OEA), Declarações (Declaração Mundial da Conferência da Unesco de 1998, Bolonha), etc., que tem servido de referência à internacionalização da universidade brasileira e latino-americana.

Também foi realizada uma entrevista com a Assessoria de Relações Internacionais da Furg, que nos forneceu informações sobre programas, processos e desafios da instituição no contexto da internacionalização, além de disponibilizar dados oficiais sobre a participação e os números do programa Ciência sem Fronteiras. O artigo apresenta um recorte desta pesquisa, focado no tipo de notícia mais divulgado no período investigado.

O processo empírico e de análise

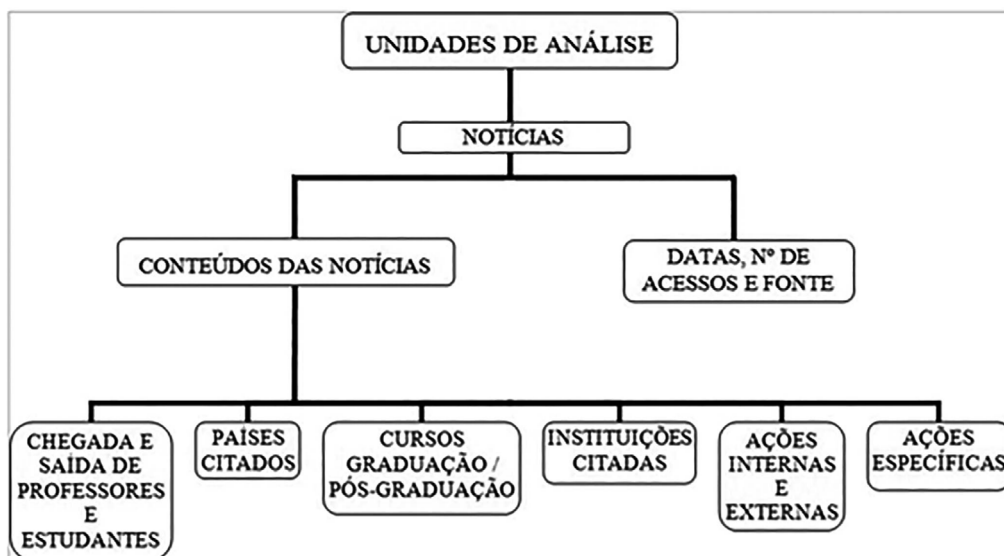
Tendo em vista o objetivo de realizar uma análise das faces da internacionalização do ensino superior na Furg, realizamos o processo de levantamento e análise dos dados empíricos coletados no espaço temporal referente ao ano de 2014. As análises estão pautadas no método de análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin (2011). Para a autora, a análise de conteúdo envolve técnicas que visam “obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 47). As notícias no *site* da Furg foram coletadas entre janeiro e dezembro de 2014, totalizando 131 notícias, cujos acessos variaram de 40 a 1250, no momento da coleta.

Documentos oficiais da universidade que citam ou ratificam a internacionalização também foram incluídos, com fins complementares ou explicativos às desco-

bertas no *site*. As fases de desenvolvimento da pesquisa correspondem à separação e à categorização dos materiais empíricos, conforme a sistematização: observação, leitura e destaque das notícias ao longo do ano de 2014; leitura e análise de documentos da Furg: Plano Pedagógico Institucional – PPI, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e Regimento Geral da Universidade; entrevista com a Assessoria de Relações Internacionais.

No primeiro momento de análise dos dados empíricos, detivemo-nos a catalogar todas as notícias coletadas ao longo de 2014. Essas foram selecionadas e agrupadas em unidades de análise. As notícias foram separadas conforme dois grandes eixos: no primeiro eixo, demos ênfase ao número de acessos a essas notícias, bem como à fonte e sua data de publicação no *site* oficial da instituição. No segundo eixo, elencamos seis categorias de notícias: chegada e saída de professores e estudantes, países citados, cursos de graduação e pós-graduação, instituições citadas, ações internas e externas (cursos, palestras, *workshops*, programas, projetos, convênios e missões) e ações específicas (representações da reitoria e outras iniciativas promovidas pela Furg). Esse agrupamento possibilitou, por exemplo, associar notícias relacionadas ao programa Ciência sem Fronteiras, Inglês sem Fronteiras e TOEFEL/ITP. A figura que segue mostra as unidades destacadas para agrupar as notícias coletadas no *site* da Furg:

Figura 1: Categorias de Análise de Conteúdo elencadas a partir das notícias no *site*



Fonte: www.furg.br, elaborado pelos pesquisadores.

Os materiais empíricos foram catalogados dentro das unidades de análise descritas. Uma vez sistematizados, construímos um quadro conceitual sobre um possível processo de internacionalização da educação na Furg, com o intuito de analisar as políticas institucionais e as estratégicas da instituição para com os processos internos e externos de condução da internacionalização dessa. Os problemas suscitados foram: Como a internacionalização da Furg é enunciada pela instituição em seu *site* oficial? Quais as ênfases que podem ser observadas? Que tipo de internacionalização está em curso na Furg? Verificamos as ênfases dadas aos planos de incentivo à cooperação e à mobilidade acadêmica internacional.

Internacionalização? Mundialização? Globalização? Algumas reflexões

O termo internacionalização - da universidade - que vem pautando a instituição começou a ser mais enfatizado por meio das notícias do seu *site* oficial a partir de 2008, segundo observamos. Foi, nesse ano, por exemplo, que a Furg passou a ser signatária do recém-criado, *Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras* – GCUB, no qual vem exercendo papéis, como no Conselho Fiscal, em que, atualmente, possui representação. Nesse período, vários convênios foram firmados com instituições estrangeiras, além da participação em eventos internacionais, programas e projetos de mobilidade. Segundo notas oficiais publicadas, buscava-se “fortalecer e desenvolver a Educação Superior como um bem público e participar ativamente no desenvolvimento desta região, baseando-se em princípios como a autonomia universitária, a cooperação solidária, a multilateralidade, a inclusão e a igualdade de oportunidades” (http://www.furg.br/index.php?id_noticia=15287, 21/06/2010 - 155 acessos).

No ano em que a empiria foi levantada, o processo da internacionalização estava em alta evidenciado nas 131 notícias perscrutadas, ao longo de doze meses. Foram, a partir, dessas informações que buscamos compreender facetas do fenômeno, levando em conta os problemas de pesquisa e os seus objetivos. Destacamos a complexidade do tema e o caráter polissêmico do termo, o que nos leva a uma apresentação sucinta sobre os conceitos internacionalização, mundialização e globalização buscando diferenciá-los, bem como a maneira como instituições internacionais e a própria Furg caracterizam esse processo.

A internacionalização é um fenômeno histórico bastante antigo e anterior à globalização, tem em suas bases atores nacionais, a expansão dos mercados e de territórios e leva em conta o “conjunto de fluxos e trocas de matérias primas, produtos e serviços, dinheiro, ideias e pessoas, efetuado entre dois ou mais Estados

Nação” (LIMA, 2002, p. 401). As autoridades públicas nacionais exerciam um papel ativo no controle desses fluxos e dessas trocas.

Enquanto a mundialização “caracteriza-se basicamente pela transferência e deslocamento dos recursos, especialmente do capital e, em menor grau, da mão-de-obra, de uma economia para outra” (LIMA, 2002, p. 402), como, por exemplo, a mudança de linhas de produção de indústrias de um país para outro, levando em conta subsídios, legislações trabalhistas, ambientais, etc., desses espaços. Nesse caso, também, os atores nacionais influenciam e controlam (em maior ou menor escala) esses movimentos, mas seguindo a lógica da expansão do mercado: “Assenta em agentes nacionais (sobretudo empresas) que, para seu desenvolvimento, recorrem a estratégias que lhes permitam tirar vantagens da existência de espaços regionais de outros países com características distintas” (LIMA, 2002, p. 402). Ocorre o que o autor denomina de multiterritorialização das atividades empresariais, caracterizando o movimento de transnacionalização (LIMA, 2002).

Já a globalização é um fenômeno historicamente bem mais recente e, por isso mesmo, assume formas bem diversas, e, por vezes, difusas, mas se diferencia das anteriores posto que “os agentes deixaram de ser estritamente nacionais, organizando-se segundo modalidades que cruzam claramente qualquer fronteira nacional” (LIMA, 2002, p. 403). As formas como essa globalização se efetiva é variada e ampla abarcando as finanças, os mercados, as tecnologias, os modos de vida e de consumo, a gestão e a regulação, ou seja, com essa abrangência, ela intenciona bem mais o que um postulado econômico, mas uma “unificação política do mundo” (LIMA, 2002, p. 403). Dizendo de outra forma, o “capitalismo global, mais do que um modo de produção, é hoje um regime cultural e civilizacional” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 11) em que o conhecimento tem um papel fundamental.

O Estado, na globalização, fica enfraquecido perante o Mercado e seus agentes, tendo muita dificuldade para estabelecer formas de controle sobre as ações do capital, muitas vezes oligopólios extremamente agressivos em suas estratégias. Fortalecem-se, para o autor, as pautas baseadas no tripé “empresários-sindicatos-Estado” (LIMA, 2002). Cabe dizer que essa análise é feita a partir de Portugal que, embora na periferia europeia, possui relações diferenciadas das brasileiras. Em nosso caso parece-nos que a representação dos trabalhadores nesse tripé é muito pequena ou inexistente.

Simões, outro sociólogo português, avalia que a “margem de manobra dos Estados-Nação, confrontados simultaneamente com o poder das grandes empresas membros de oligopólios mundiais e com a integração regional, é hoje menor do que há duas décadas” (2002, p. 7). Cremos que com a aceleração da globalização desde então, os Estados hoje possuem uma margem ainda menor.

Na globalização as relações são bem mais complexas, pois os desdobramentos de ações em determinado local do globo implicam consequências nos demais e, além disso, são muito desiguais no seu “alcance e efeitos” (LIMA, 2002). No caso brasileiro, e especialmente no Ensino Superior, a partir de meados dos anos 1990 e da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, Lei nº 9.394/1996, cresceu a participação de instituições privadas no segmento, inclusive com a presença de empresas transnacionais como a *Kroton* (que adquiriu em 2013 o Grupo *Anhanguera*, entre outras instituições). O cenário de expansão econômica da década passada, além de políticas como o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), que financia estudantes em universidades privadas e/ou particulares, trouxe ao país essas empresas, cujo faturamento é enorme. “A formação de grandes grupos educacionais no país pode ser considerada outro fator importante para o boom verificado no setor nos últimos anos. Os conglomerados fortaleceram unidades que até então tinham apenas atuação regional, sem marcas fortes” (CM CONSULTORIA, 2015, não paginado).¹ A notícia explicita no jargão econômico o significado da educação para as empresas: faturamento, fortalecimento de marcas, ocupação de territórios e de vazios de políticas públicas para milhões de jovens e de trabalhadores.

Associamo-nos, portanto, à compreensão de que a internacionalização do ensino superior é uma face da globalização e buscamos convergência com o debate realizado por Boaventura de Sousa Santos. Para o sociólogo português o processo de Globalização longe de ser neutro também não é natural consensual, pois se apresenta como um campo de conflito entre hegemônicos e subalternos, onde dentro dos grupos, há outros subconflitos (SOUSA SANTOS, 2002). A condição da hegemonia, mesmo possuindo conflitos internos, se esforça para apresentar a globalização como algo consensual, “natural” e como uma especificidade da economia. O lado do subalterno apresenta facetas relativas a demandas culturais e sociais e busca salientá-las, mas possui dificuldades para unificar essas questões, acrescida do problema que tem para se fazer ouvir, pois é a porção mais fácil de ser desarticulada e/ou desacreditada.

Sousa Santos (2002) também chama a atenção para o que se apresenta como uma globalização cultural, mas que mascara uma “agenda de dominação política”:

Se for verdade que a intensificação dos contactos e da interdependência transfronteiriços abriu novas oportunidades para o exercício da tolerância, do ecumenismo, da solidariedade e do cosmopolitismo, não é menos verdade que, simultaneamente, têm surgido novas formas e manifestações de intolerância, chauvinismo, de racismo, de xenofobia e, em última instância, de imperialismo. As culturas globais parciais podem, desta forma, ter naturezas, alcances e perfis políticos muito diferentes (SOUSA SANTOS, 2002, p. 48).

As formas como essas culturas se expressam e se intercambiam com outras nos diferentes contextos são, portanto, de natureza complexa e explicitam o prevalecimento de “culturas globais parciais” e de determinado localismo (SOUSA SANTOS, 1997, p. 14), pois o discurso da globalização é feito a partir de uma experiência bem sucedida de um local, ou seja, “globalização pressupõe localismo”:

Globalização é o processo pela qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival. [...] aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo (SOUSA SANTOS, 1997, p. 14).

Nesse sentido sendo a universidade pública uma instituição quase milenar, reconhecida pela produção do conhecimento, sua sistematização e guarda, dificilmente ficaria de fora do processo de globalização e, no contexto atual, está sendo denominada de Internacionalização da Universidade. Reconhecemos discursos e documentos originados no hemisfério norte como elementos que estão a influenciar os rumos da internacionalização da universidade brasileira, bem como de outras regiões do globo. Nessa direção, observamos que o “marco regulatório do sistema educacional no Brasil, que é dado pela LDB, surgiu no período histórico de vigência da visão neoliberal, sendo um documento que estava em sintonia com a orientação política da época” (WAISMANN; CORSETTI, 2014, p. 332).

Teve origem na Europa, ao final do século passado, o documento que ficou conhecido como a Declaração de Bolonha. O documento, produzido em junho de 1999 e subscrito por ministros de 29 países europeus, visava, por exemplo, alcançar no prazo de 10 anos na Europa a “promoção da mobilidade de estudantes, investigadores e professores” e a criação de um “sistema europeu de transferência de créditos (*Europea Credit Transfer System – ECTS*)”, possibilitando “a transferência e colaboração entre universidades na mobilidade de estudantes” (SILVA, 2014, p. 41). Essa Declaração vem produzindo influências em espaços fora do velho continente, como na América Latina, cujas políticas públicas têm respaldado processos muito semelhantes, ratificando a Europa como o espaço privilegiado da produção do conhecimento reformador da Universidade (SILVA, 2014, p. 41). O discurso da “globalização bem sucedida”, citada no excerto anterior, que observamos ecoar do Monte Caburaí ao Arroio Chuí brasileiro expressa a inserção da Universidade nesse processo, mas que ganhou o vocábulo de internacionalização na preleção hegemônica.

Documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2011-2014),² situados mais especificamente no âmbito da universidade pesquisada, mencionam intenções relativas à internacionalização (direta ou indiretamente): no ensino de graduação e pós-graduação intenciona, entre seus objetivos e estratégias, “buscar continuamente a excelência” em ambos, mediante estímulo a mobilidade

acadêmica (p. 14), aumento da “visibilidade científico-acadêmica e a inserção nacional e internacional”, o desenvolvimento de “condições favoráveis à participação de professores visitantes e bolsistas de pós-doutorado junto aos programas de pós-graduação” (p. 16) e o aumento da “visibilidade e a inserção nacional e internacional dos cursos *lato sensu* (p. 17). Já no que tange à Gestão Institucional, ambiciona “ampliar a projeção local, regional, nacional e global da Universidade”, mediante as estratégias de consolidação da “Assessoria de Relações Internacionais” e da expansão dos “intercâmbios com universidade e institutos de pesquisa” (p. 27).

Quanto aos Programas Institucionais³, a internacionalização é mencionada em dois deles: o Programa de Mobilidade Acadêmica e Internacionalização da Graduação, cuja finalidade é “regulamentar e acompanhar a mobilidade acadêmica e a dupla diplomação, através de intercâmbios nacionais e internacionais”, tendo como unidade responsável a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). E o Programa de Internacionalização da Pós-Graduação, tendo como objetivos “criar condições para intercâmbios científicos e tecnológicos internacionais nos PPGs da Furg, com foco no recebimento de estudantes estrangeiros” e “estimular e regulamentar a dupla diplomação e o oferecimento de cursos de pós-graduação internacionais”. Nesse caso, a unidade responsável é a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp).

Em nenhum desses documentos, entretanto, encontramos um conceito ou definição a partir do qual a internacionalização esteja sendo baseada, mas em notícia publicada em seu *site* (já ao final da nossa coleta de dados) apresentou-nos que:

A internacionalização de universidades consiste na promoção de uma série de parcerias, programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica com instituições de todo o mundo. Através delas, é possível integrar pesquisas além dos limites territoriais de cada país, desenvolvendo conhecimento globalizado e compartilhando diferentes tecnologias.⁴

A Universidade projeta expandir-se por intermédio de parcerias, intercâmbios e mobilidades tendo em vista a produção de pesquisas integradas numa perspectiva global, segundo manifesta. Num mundo interligado por redes comunicacionais as intencionalidades representam um tipo de internacionalização como sinaliza documento da Unesco:

[...] a “internacionalização da educação superior” passou a ser entendida como um conceito amplo, muito abrangente, que pode envolver a cooperação internacional, mas se refere também a mudanças que ocorrem dentro de uma determinada instituição, através de iniciativas políticas e de caráter específico. [...] representam o crescimento dinâmico de meios e modos encontrados pelas instituições de educação superior, muitas vezes usando tecnologias de informação e comunicação ou várias parcerias e alianças, para desenvolver a mobilidade acadêmica dos estudantes e professores, para se associar tendo em vista o desenvolvimento de programas, para oferecer cursos e programas em países estrangeiros, desenvolver parcerias para o planejamento conjunto de currículos, usar as tecnologias de informação e comunicação na educação internacional, etc. (2003, p. 154-155).

Parece que a definição apresentada pela universidade é parte desse conceito amplo, assim como legítimas suas intenções de parcerias ou da potencialização de pesquisas mediante intercâmbios com outros países, porém “os desacordos surgem particularmente devido à polêmica mais ampla que cerca a palavra ‘globalização’ e seus benefícios ou impacto prejudicial, bem como o sentido cada vez mais abrangente atribuído ao conceito” (UNESCO, 2003, p. 156). A globalização vem gerando grandes desdobramentos no interior das universidades e na sua organização: as “crises” e os desdobramentos do “quantitativismo” relacionados à aceleração da globalização ou ao “ranqueamento” das instituições a partir das avaliações externas desdobram na necessidade de expansão das universidades (SOUSA SANTOS, 1997) produzindo impactos na autonomia da universidade, na sua relação com o entorno e com a produção do conhecimento socialmente necessário frente a suas demandas e a sua missão. E o artigo 11, parágrafo b, da Declaração Mundial da Conferência da Unesco de 1998 afirma que:

A qualidade exige também que a educação superior se caracterize pela sua dimensão internacional: intercâmbio de conhecimento, redes interativas, mobilidade dos professores e estudantes e projetos internacionais de pesquisa, ao mesmo tempo em que leva em conta os valores culturais e as circunstâncias dos países (UNESCO, 2003, p. 152).

A dimensão internacional da universidade, portanto, passou a ser um dos sinônimos de qualidade, gerando todo um reordenamento interno para atingir esse critério, mas os pressupostos dessa dimensão são produzidos a partir de um centro, independente do espaço, contexto e necessidades das sociedades locais.

Na sequência, apresentaremos algumas facetas da internacionalização da Universidade reveladas através das notícias mais divulgadas em seu *site* oficial ao longo de 2014.

O processo no âmago da universidade

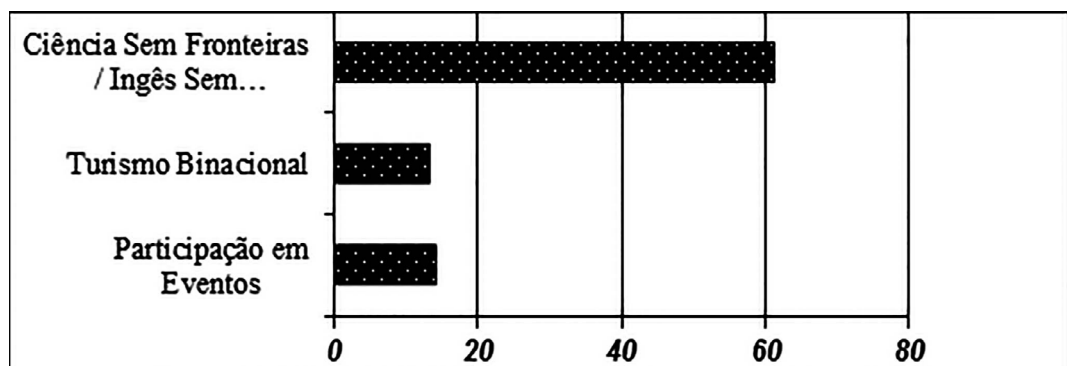
No caso específico da Universidade Federal do Rio Grande, buscamos identificar faces da internacionalização nas notícias veiculadas pela Assessoria de Comunicação no *site* da própria instituição. Documentos oficiais, analisados a partir do conteúdo das notícias acessadas, expressam a busca do firmamento de parcerias, visando a estreitar relações e a implementar estratégias de cooperação entre países de diferentes continentes com o propósito de estabelecer formas que garantam o desenvolvimento e a cooperação da mobilidade acadêmica internacional, a troca e/ou ampliação de conhecimentos entre áreas distintas que levem a uma educação de “excelência”. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2011-2014),⁵ conforme nomeamos anteriormente, encontramos a expressão excelência entre

seus objetivos – estendida a cursos de graduação, pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* – e entendemos que, nesses casos, a mesma é equivalente ao vocábulo/conceito “qualidade”. A expressão excelência foi encontrada em onze notícias divulgadas no ano de 2014. São exemplos retirados do conteúdo dessas notas: “pesquisas de excelência”, “Prêmio Sapientiae de Excelência Educativa”, “Organização das Américas para a Excelência Educativa”, “excelência acadêmica”, etc.

Os objetivos das diretrizes do PDI da universidade estão em consonância com as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação através do Plano Nacional de Educação (2014) que estipula a ampliação e consolidação de programas, projetos e ações de incentivo a mobilidade de estudantes e professores objetivando a internacionalização em cursos de graduação e pós-graduação, no sentido de fomentar as parcerias entre as instituições de ensino superior, potencializando o desenvolvimento de tais instituições, projetando as atividades de ensino, pesquisa e extensão a nível nacional e internacional e promovendo intercâmbios discentes e docentes.

Mas de que maneira a universidade evidenciou sua internacionalização em suas notícias? A classificação dessas informações organizadas mês a mês e, posteriormente, quantificadas segundo títulos e conteúdos, levou-nos a identificar que a principal ênfase da internacionalização referiu-se ao programa Ciência sem Fronteiras (CsF), em conjunto com a prova TOEFEL-ITP e/ou Inglês sem Fronteiras-ISF (atual Idioma sem Fronteiras), totalizando cerca de 60% das notícias veiculadas no período investigado. Seguidas por informações sobre atividades de participação em eventos internacionais, tanto por professores, quanto por estudantes e sobre o curso Bacharelado em Turismo Binacional sediado no *campus* de Santa Vitória do Palmar, conforme o gráfico apresentado na Figura 2.

Figura 2: Notícias mais frequentes no *site* da Furg



Fonte: www.furg.br, elaborada pelos pesquisadores.

Não nos deteremos aqui em análises específicas sobre cada uma dessas ênfases, mas procuraremos uma abordagem geral sobre o tipo de notícia veiculada, na universidade pesquisada, sobre o principal Programa de mobilidade brasileiro, associado às estratégias criadas para lhe dar sustentação.

O programa Ciência sem Fronteiras foi criado ao final de 2011 durante o governo da Presidente Dilma Rousseff e, segundo as definições do próprio *site* oficial do programa, é uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem por objetivo a promoção e a consolidação da expansão e internacionalização da ciência, tecnologia e inovação brasileira por meio da mobilidade acadêmica internacional. Propiciando também a “formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, [...] em áreas de conhecimento definidas como prioritárias” (Art. 1º – Decreto nº 7.642). Algumas áreas foram elencadas como prioritárias para essas ações e a adesão ao Programa ocorre mediante editais nacionais. Nesse sentido, conforme ressalta Spears:

O intercâmbio cultural ganhou um tom diferente daquele dominado pelo desenvolvimento da língua estrangeira e de enriquecimento cultural e passou a objetivar a preparação de jovens para uma economia globalmente competitiva, orientada pelas áreas estratégias de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (2014, p. 152).

O Ciência sem Fronteiras do governo federal é a prova contundente dos fins a que se referiu Spears. O programa, por sua vez, previa a utilização de até cento e uma mil bolsas para que estudantes de graduação e pós-graduação fizessem estágios no exterior em sistemas educacionais competitivos no âmbito da tecnologia e inovação. Diante disso, ao analisar os dados coletados no *site* da universidade, constatamos que noventa e seis discentes participaram do programa no ano investigado, sendo que os cursos mais beneficiados pelo programa CsF, durante os anos de 2014 e 2015, são relativos às Engenharias, seguidas pela Oceanologia, Ciências Biológicas e Medicina, em conformidade com edital do programa:

Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospeção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos.⁶

O programa CsF define áreas e condições, juntamente com seus órgãos de fomento, e as Universidades são encarregadas de realizar a seleção de estudantes

que poderão participar da mobilidade acadêmica internacional. No caso específico da Furg, esta leva em conta também critérios definidos internamente, estabelecidos pela própria instituição, como podemos perceber pela seguinte notícia:

[...] No âmbito da FURG, deliberação 064/2013 do Coepea dispõe sobre a opção da mobilidade estudantil pelos estudantes de graduação da Universidade, sendo importante, assim, o seu conhecimento. Além da atenção especial ao entendimento da citada deliberação, também devem ser observadas as Instruções Normativas 02/2014 e 05/2013 que regulam, no âmbito da FURG, os procedimentos acadêmicos e administrativos aos participantes de Programa de Mobilidade Estudantil, bem como os procedimentos acadêmicos e os pré-requisitos exigidos dos estudantes interessados em se inscrever no Programa Ciência sem Fronteiras.⁷

A instituição revela organização no que tange ao processo, na medida em que órgãos sistematizam Deliberações e Instruções tendo em vista a mobilidade. A deliberação 064/2013, do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração – Coepea, visa regrar requisitos para a saída e condições para o retorno, tais como frequência mínima nas disciplinas em curso, aproveitamento de créditos, processos a serem abertos, termos de retorno, prazos, etc. Já a Instrução Normativa 05/2013 regulamenta “os procedimentos acadêmicos e os pré-requisitos exigidos dos estudantes de graduação da Furg interessados em se inscrever no Programa Ciência sem Fronteiras, da Capes/CNPq, em conformidade com a Deliberação nº 064/2013” (http://www.furg.br/index.php?id_noticia=21668, 09/08/2013, 539 acessos), enquanto a Instrução 02/2014 trata dos documentos relativos às solicitações dessas mobilidades.

Constatamos, portanto, disciplinamentos em seus documentos e na sua estrutura interna, visando contemplar a internacionalização em seu principal programa. A saída e o retorno de estudantes prevê organizações (e ações) nas quais são envolvidas coordenações de cursos, pró-reitorias, conselhos, órgãos especiais e a assessoria internacional. Um exemplo dessas ações deu-se no evento organizado em junho de 2014 para reunir discentes do CsF que retornavam à Universidade, visando a relatos de experiências e debates sobre aprendizagens. Essa ação teve a participação das Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação e a Assessoria de Relações Internacionais.⁸

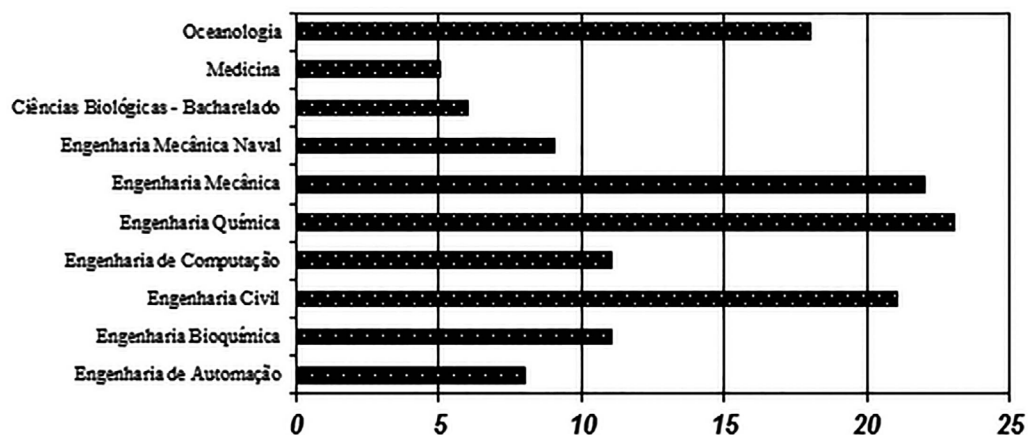
Outro ato interno foi o encontro realizado com o representante do consulado canadense, e aberto a estudantes interessados. O Canadá é o terceiro país em preferência dos estudantes para o CsF e mereceu duas notas publicadas no *site*, reforçando que o evento “evidencia a importância crescente que os processos de internacionalização do Ensino Superior tem obtido na FURG”.⁹

Essas ações voltadas para o programa CsF ocorreram também em outros *campi*. Pelo menos uma notícia destacada apresentou uma ação no campus da Furg em

Santo Antônio da Patrulha. Neste caso foi organizada pelo Grupo PET Furg-SAP, Conexões de Saberes, que, naquele período, tinha cinco integrantes participando ou já participado do programa. A experiência foi relatada pela “primeira integrante do Grupo PET a participar do Programa, ficando 14 meses na University of Lethbridge, Alberta, Canadá. Durante o evento, a petiana traçou também um paralelo entre os métodos de avaliação e metodologias empregadas na graduação no Canadá e no Brasil” (http://www.furg.br/index.php?id_noticia=24197, 06/10/2014, 164 acessos).

Evidenciamos também quais foram os cursos mais beneficiados, levando em conta triangulações, realizadas entre informações obtidas no *site* e dados fornecidos pela Assessoria de Relações Internacionais – Reinter. A Figura 3 explicita os dez cursos mais contemplados pelo programa na instituição pesquisada.

Figura 3: Os dez cursos mais beneficiados pelo CsF – 2014/2015



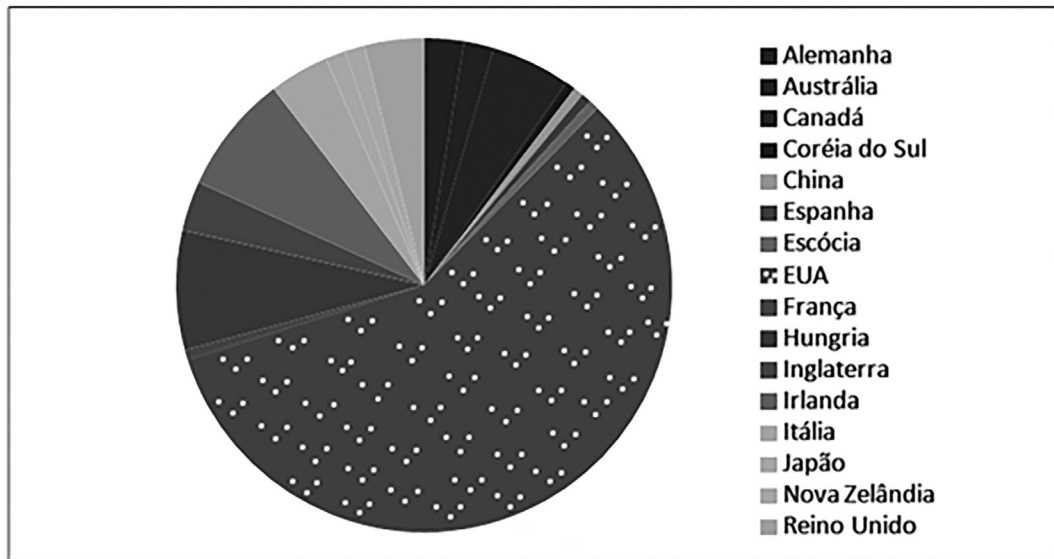
Fonte: Assessoria de Relações Internacionais – Reinter. Gráfico elaborado pelos pesquisadores.

Constatamos a hegemonia absoluta das Engenharias que computavam cerca de 80% do total dos cursos beneficiados na instituição no período investigado. O Ciência sem Fronteiras, como está a explicitar na sua expressão no singular – ciência – claramente exclui as humanidades do âmbito das ciências “estratégicas”, ratificado no percentual das Engenharias. Pressuposto, neste caso, está a ser considerada uma única ciência a abarcar o conhecimento validado e rigoroso (SOUSA SANTOS, 2009). Consideramos, entretanto, oportuno problematizar que o edital prioriza a meritocracia em seus critérios, portanto nem todos os discentes desses cursos concorrerão em igualdade de condições à mobilidade internacional, mas, provavelmente, os que já trazem em suas bagagens ferramentas e conhecimentos construídos em suas trajetórias anteriores à entrada na universidade. Questiona-

mos: um estudante com formação precária em línguas estrangeiras, por exemplo, estará apto a essa seleção no período de sua graduação?

Em relação aos países escolhidos pelos estudantes da Furg para suas mobilidades, o gráfico a seguir evidencia bem a disparidade de escolha entre os países parceiros. Os Estados Unidos foi o país mais escolhido pelos discentes para realizar o intercâmbio por meio do programa Ciência sem Fronteiras, seguido pela Hungria, Irlanda e Canadá.

Figura 4: Ciência sem Fronteiras: países escolhidos por discentes - 2014



Fonte: Assessoria de Relações Internacionais – Reinter. Adaptado pelos pesquisadores.

Ao considerarmos os dados representados no gráfico, percebemos que ocorreu um grande fluxo da Furg para o hemisfério norte com a preferência de 96,75% dos estudantes. Apenas dois países localizam-se no hemisfério sul: Nova Zelândia e Austrália, com 3,25% das mobilidades. Diante disso, reafirmamos sobre uma territorialidade da produção de conhecimentos validados na qual o norte coloca-se como o centro dessa produção e o sul como os consumidores. Na prática, há uma reprodução da Divisão Internacional do Trabalho, verificada a partir das expansões colonialistas. Quijano esclarece que, “[...] a longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção do conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado” (2009, p. 112). Portanto, a Colonialidade do Poder implica numa Colonialidade do Conhecimento e descoloni-

zar esse poder implica uma descolonização do conhecimento. A julgar pelos dados anteriores estamos muito longe disso, pois se trata também de desafiar a própria subjetividade produzida por esse eurocentrismo, para a qual a internacionalização é um processo quase naturalizado, a que todos aderem fluentemente.

Associada ao CsF, e em termos absolutos com 46% das notícias publicadas notamos o Inglês sem Fronteiras – IsF e o TOEFL¹⁰ – ITP (*Institutional Testing Program*), que se refere ao tipo de teste de proficiência na língua inglesa. Nesse caso, o ITP é uma modalidade que avalia, basicamente, a compreensão sobre a escrita. Esses testes são produtos elaborados pela *Educational Testing Service* – ETS, instituição transnacional (ETS Global Institute), de origem nos Estados Unidos, que atua no campo das aprendizagens, avaliação e gestão. A instituição “oferece capacitação para exames, assessoria e soluções educativas para clientes internacionais, como ministérios de educação, universidades, organismos de avaliação e outras organizações educativas em mais de 35 países”.¹¹

O programa Inglês sem Fronteiras foi lançado por edital em dezembro de 2012 pelo governo federal como suporte ao Ciência sem Fronteiras. Foi em novembro de 2014 expandido para Idiomas sem Fronteira (inglês, francês, espanhol, italiano, alemão e japonês), visando incentivar o aprendizado de línguas e mudar o ensino de idiomas estrangeiros em universidades brasileiras, segundo o *site* oficial do programa.¹² Na universidade, o IsF é desenvolvido pelo Núcleo de Língua Inglesa – Nucli, por intermédio da organização de cursos presenciais na instituição, cuja oferta ocorre por meio de várias edições ao ano, sendo que os estudantes devem fazer inscrições previamente na plataforma *EaD My English Online*. Outras modalidades, como a do *workshop*, foram observadas em várias notícias ao longo de 2014.¹³ Aos acadêmicos do IsF, prestes a deslocarem-se para os Estados Unidos também foram oferecidos cursos como *American Culture & Academic Life*, “ministrado pela assistente de Ensino norte-americana e bolsista do Programa IsF/Furg [...]”.¹⁴

A informação exemplifica sobre a atuação do Nucli e seu papel junto ao IsF, evidencia a participação de bolsistas estrangeiros na Furg como ministrantes de cursos e *workshops*, como também observamos. Os acessos a este tipo de notícias foram bem expressivos no período, indicando o interesse despertado na comunidade acadêmica pelos programas de mobilidade e de língua estrangeira, especificamente em inglês. A portaria que transformou o “Inglês sem Fronteiras” em “Idiomas sem Fronteiras” foi destaque nas notícias do *site* da Furg em novembro de 2014. A nota apresenta que o (novo) programa visa estudantes, professores e técnicos das instituições de ensino superior, mas inclui também professores de línguas estrangeiras de ensino básico, com a “finalidade de complementar as políticas públicas de internacionalização da educação superior brasileira”.¹⁵

As notícias sobre os programas Ciência sem Fronteiras, Inglês sem Fronteiras, TOEFL-ITP inspiram algumas ideias sobre o processo de internacionalização na instituição. Ratificamos seu caráter polissêmico (MOROSINI, 2006), porquanto apresenta várias facetas. Notamos a organização da universidade focada em constituir uma “excelência” em seus cursos e pesquisas, a presença de parcerias com universidades no exterior, mas, também, de instituições transnacionais como a ETS Global Institute, que visam a Estados e Ministérios como “clientes” e está ramificada em boa parte do planeta. Os temas dos *workshops* marcadamente sobre a cultura norte-americana e, especialmente, a dos Estados Unidos afirmam sobre as grandes influências do país em relação às mobilidades: é para lá que se desloca a maioria dos estudantes, a maioria dos cursos e o foco linguístico e cultural. Nesse sentido, levando em conta o programa Ciência sem Fronteiras, veiculado a notícias no *site*, o inglês é a língua da internacionalização.

O conjunto de dados e documentos analisados indica que a política de internacionalização da educação superior brasileira está bem constituída na instituição pesquisada, seja em documentos como Regimento, PDI, PPI, Instruções, Portarias, assim como em órgãos como Pró-Reitorias, Coordenadorias, Núcleos, Assessoria Internacional, Programas (nacionais) e Projetos (locais).

Analisá-lo é extremamente complexo, à medida que está relacionado com temas e políticas de ordem global, mas que também cruzam com concepções e projetos forjados no local. Lembramos que em seu Plano Pedagógico Institucional – PPI,¹⁶ o campo “visão”, do documento, deixa clara a intencionalidade de alinhar-se aos processos de internacionalização ao afirmar que: “A Furg consolidará sua imagem nacional e internacional como referência em educação, desenvolvimento tecnológico e estudo dos ecossistemas costeiros e oceânicos” (PPI, 2012, p. 05).

Cada uma das questões, neste caso dadas pelas notícias, ao serem investigadas abriam outras tantas frentes, como um enorme caleidoscópio que, a cada movimento, mostra imagens novas, e diferentes combinações são identificadas. Assim foi, por exemplo, quando adentrávamos em *sites* como dos programas Ciência sem Fronteiras e Inglês sem Fronteiras. A gama de programas associados, agências de fomento nacionais, parcerias internacionais, legislações, etc., abriam imensos leques de exploração, tornando-se difícil capturar o processo em toda a sua dimensão e propósito. Reiteramos que a globalização, na qual se insere a internacionalização da educação superior, se expressa nas finanças, nos mercados, nas tecnologias, nos modos de vida e consumo, na gestão e regulação (LIMA, 1997) e essa associação é que a torna tão complexa, cheia de nuances e, por vezes, contraditória.

Só para dar uma ideia desse processo, elaboramos um glossário a partir de cinquenta e sete siglas encontradas entre as notícias, que nos levaram a uma varre-

dura na internet para compreender seus significados, pois em boa parte das vezes se referiam a instituições, associações, agências, laboratórios, grupos, conselhos, organismos, institutos, empresas, etc., desconhecidos para os pesquisadores.

A pequena mostra explicitada pela principal ênfase das notícias no *site*, abrangendo o CsF/IsF/TOEFEL-ITP, nos aproxima das análises anteriores de Sousa Santos (2002) para quem é muito importante que consigamos identificar os atores e grupos envolvidos no projeto de globalização, pois não existe uma única direção, nem ausência de conflitos em cada um deles. Para onde vamos? Com quem vamos? Com que objetivo? Parecem ser questões que ainda temos dificuldades para responder nesse processo de internacionalização da universidade. A despeito da riqueza das trocas de saberes que podem ser ativadas por mobilidades e parcerias, não podemos vê-las como experiências naturalizadas (QUIJANO, 2009) e que não mereçam ser problematizadas e discutidas nos espaços acadêmicos.

Entre “fortalecer e desenvolver o Ensino Superior como bem público”, conforme intenciona, e a força do contexto histórico no qual o conhecimento é importante moeda de troca, na globalização hegemônica, parece estar o desafio e o dilema da universidade...

Notas

- ¹ Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br>>. Acesso: 13 jul. 2015.
- ² Disponível em: <<http://www4.furg.br/paginaFURG/arquivos/menu/000000294.pdf>>. Acesso: 7 jun. 2014.
- ³ Disponível em: <<http://www4.furg.br/paginaFURG/arquivos/menu/000000295.pdf>>. Acesso: 7 jun. 2014.
- ⁴ Disponível em: <http://www.furg.br/index.php?id_noticia=24913>. Acesso em: 12 fev. 2015.
- ⁵ Resolução 016/2011, Consun. Disponível em: <<http://www4.furg.br/paginaFURG/arquivos/menu/000000294.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- ⁶ Disponível em: <http://www.furg.br/index.php?id_noticia=24005>. Acesso em: 25 set. 2014.
- ⁷ Disponível em: <http://www.furg.br/index.php?id_noticia=24005>. Acesso em: 25 set. 2014.
- ⁸ Disponível em: <http://www.furg.br/index.php?id_noticia=23439>. Acesso em: 09 jun. 2014.
- ⁹ Disponível em: <http://www.furg.br/index.php?id_noticia=23957>. Acesso em 22 set. 2014.
- ¹⁰ Segundo informações no *site* da empresa, trata-se do teste de língua inglesa mais aceito no mundo. Disponível em: <<https://www.ets.org/pt/toefl>>. Acesso: 20 out. 2016.
- ¹¹ Disponível em: <https://www.ets.org/es/about/who/international_assessment>. Acesso: 20 out. 2016.
- ¹² Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/>>. Acesso: 20 out. 2016.
- ¹³ “Workshop: The United States Holidays & Festival” (22/10/2014), “Workshop American English Slang & Acronyms” (07/05/2014), “4º Workshop American Culture: Fact vs. Fiction” (17/07/2014), “5º Workshop Culture Shock” (08/09/2014), entre outros.
- ¹⁴ Disponível em: http://www.furg.br/index.php?id_noticia=23530>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- ¹⁵ Disponível em: http://www.furg.br/index.php?id_noticia=24532>. Acesso em: 18 nov. 2014.
- ¹⁶ Anexo 1 - Resolução 016/2011, Consun. Disponível em: <<http://www4.furg.br/paginaFURG/arquivos/menu/000000292.pdf>>. Acesso: 24 jun. 2015.

Referências

- AMARAL, Alberto; MAGALHÃES, António. O conceito de stakeholder e o novo paradigma do ensino superior. *Revista Portuguesa de Educação*, Portugal: Universidade do Minho, v. 13, n. 2, p. 7-28, 2000.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARNETT, Ronald. *Los limites de la competencia*. El conocimiento, la educación superior y la sociedad. Barcelona: Gedisa Editorial, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. Sociologia. São Paulo: Ática, 1988.
- BRASIL. Ministério da Ciência e da Tecnologia. *Programa Ciência sem Fronteiras*. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/graduacao>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- LIMA, Marinús Pires de. Economia e política da globalização e estratégias locais de desenvolvimento: a regulação do trabalho. In: *As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e desafios: actas*, v. 2, 2002, p. 401-411. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7131.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: CES, 2009. p. 73-117.
- SILVA, Ana Celia Bahia. Cultura mundial de educação e a circulação do ideário de Bolonha. *Revista Educação Brasileira*, Brasília, v. 36, n. 72/73, p. 37-57, jan./dez. 2014.
- SIMÕES, Vítor Corado. O Processo de Globalização: implicações para Portugal. *Conselho Econômico e Social: Globalização Documentos de Suporte ao Parecer “Globalização – Implicações para o desenvolvimento sustentável”*. Lisboa, 1997. p. 3-23. Disponível em: <http://www.ces.pt/download/568/Global_DocSuporte.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A Globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal. CES, 2009, p. 23-71.
- _____. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 48, p. 11-32, jun. 1997.
- SPEARS, Eric. O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo & internacionalização da educação. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 8, n. 1, p.151-163, 2014.
- UNESCO. *Educação superior: reforma, mudança e internacionalização*. Anais. Brasília: Unesco Brasil; Sesu, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração. *Deliberação 064/2013*. Disponível em: <<http://www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=delibera/coepea/06413.htm>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. *Instrução Normativa 05/2013*. Disponível em: <http://www.furg.br/index.php?id_noticia=21668>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. *Instrução Normativa 02/2014*. Disponível em: <http://www.prograd.furg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=212:instrucao-mobilidade&catid=10:noticias&Itemid=136>. Acesso em: 15 out. 2015.

WAISMANN, Moisés; CORSETTI, Berenice. O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil. *Revista Educação Unisinos*, v. 18, n. 3, p. 331-341, set./dez. 2014.